

Crise Estado/Igreja

CMP 2.1.7.247

D. Luciano encontra Sarney e volta a atacar corrupção

ALEXANDRE POLESI
Da Sucursal de Brasília

Moreira Mariz



O presidente da CNBB, d. Luciano, depois do encontro com Sarney

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, reafirmou ontem ao presidente José Sarney, ponto por ponto, a íntegra da nota que a entidade divulgara no sábado, atacando a corrupção no governo. Mais: cobrou do presidente urgência na implementação das metas sociais do governo, como a política habitacional e a reforma agrária.

Foi uma longa audiência de uma hora e dez minutos, no Palácio do Planalto, sugerida no dia anterior pelo próprio d. Luciano ao ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Depois da conversa, d. Luciano negou um novo confronto entre Igreja e Estado, mas acrescentou: "as relações da Igreja com o governo se definem pelo atendimento ao povo". A audiência começou às 17h35 e terminou às 19h.

Toda a conversa foi em torno de um "comentário" de d. Luciano ao presidente, sobre os pontos da nota da CNBB de sábado. Um novo documento redigido horas antes pelo presidente da CNBB, durante a viagem de avião de São Paulo a Brasília, foi o roteiro do "comentário" no Palácio do Planalto. Dez minutos antes da audiência, d. Luciano reafirmara a seus assessores, numa reunião: "A CNBB (com a nota de sábado) exprimiu um clamor, e agora não pode dizer que este clamor não existe".

Comissão

Foi a réplica à nota oficial do Palácio do Planalto, de terça-feira, na qual o presidente Sarney defendeu-se das acusações de cumplicidade com a corrupção, afirmando que o próprio Vaticano, como no caso do Banco Ambrosiano, viu-se envolvido em irregularidades admi-

nistrativas. Em sua nota, o presidente também pediu à CNBB provas de corrupção.

Em resposta a este pedido, d. Luciano sugeriu ao presidente a

constituição de uma comissão de alto nível formada por lideranças da sociedade para apurar os casos de corrupção denunciados pela imprensa e investigados pela polícia. Antes,

Eis a íntegra do roteiro da conversa

Este é o roteiro preparado pela CNBB para a conversa entre o presidente da entidade, d. Luciano Mendes de Almeida, e o presidente José Sarney:

"Brasília, DF, 3 de fevereiro de 1988
Audiência do presidente da República, dr. José Sarney, ao presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida

1. Sentido da nota da Presidência da CNBB:
A Nota repete o teor dos documentos precedentes do Conselho Permanente da CNBB e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs — CONIC.
— denuncia, de modo veemente, o lamentável clima de corrupção que vem de longa data;
— a impunidade que protege a corrupção nos diversos níveis da administração;
— a deseducação popular como deteriorização do senso moral;
— a necessidade de gestos expressivos em todos os níveis do governo para demonstrar a desaprovação deste clima e o compromisso com o bem comum.
Quanto à apuração dos fatos, o governo dispõe de organismos específicos e competentes para investigar, julgar e punir os casos concretos de corrupção que ele mesmo reconhece existir. A impunidade não pode persistir.
Em relação à eventual apuração dos fatos sugere-se a constituição, por iniciativa dos organismos governamentais, competentes, de uma comissão de alto nível com representantes da sociedade civil para apuração das denúncias de corrupção e favorecimento administrativo. Esta comissão terá franqueadas portas e dossiês para apuração das denúncias que a ela forem apresentadas.
2. Urgência da implementação das metas sociais, conforme anseios do povo:
— o desapontamento com a Reforma Agrária;
— a insuficiência da política habitacional, apesar de esforços recentes;
— a diminuição progressiva das aposentadorias e

o inevitável acabrunhamento dos que se vêem desprotegidos, após uma vida de trabalho;
— a desproteção das populações indígenas diante do avanço das empresas de mineração, dos garimpeiros e da faixa excessiva de quilômetros requisitada pelo Projeto Calha Norte;
— a desproporção de leitos e hospitais nas grandes cidades para atendimentos cada vez mais numerosos.
3. Necessidade de fortalecer a confiança do povo no processo da Constituinte:
— superação de interesses grupais com perda de visão do bem comum;
— agilização da participação popular e respeito às justas expectativas suficientemente expressas nas emendas assinadas (Instrumentos de Participação Popular, Reforma Agrária; direito dos trabalhadores, direitos das famílias, defensoria do povo etc);
— é indispensável, quanto antes, superar a visível insatisfação do povo.
4. Afirmação da vontade da Igreja assumir sua parte de responsabilidade para superação da crise econômica, social e política, numa hora em que se requer a colaboração das pessoas e instituições:
— recurso à oração e à conversão;
— recuperação de padrões e éticos;
— viabilização de instrumentos de participação popular;
— formação da consciência cívica como expressão de dever religioso;
— colaboração constante para atitudes de promoção da justiça social, reconciliação de divisões e prossecução da harmonia e da concórdia social.
— quanto ao caso do Banco Ambrosiano é preciso ter presente que o banco não é de propriedade da Sé Apostólica e tudo que o Poder Judiciário italiano determinou foi devidamente cumprido através das Instâncias competentes do Estado do Vaticano.
5. A Nota da Presidência da CNBB exclui julgamento das intenções dos responsáveis pelo destino da Nação, reconhece o peso das dificuldades internas e externas que enfrentam e renova contra toda desesperança que é preciso e possível esperar. Para tanto, não há de faltar reservas morais no povo, nem a proteção de Deus."

ainda na CNBB, d. Luciano havia dito que não caberia à entidade ter uma "função policial" e apontar responsáveis pela corrupção.

Depois da audiência, o presidente da CNBB afirmou que a corrupção existe "em todos os níveis governamentais" e que "há órgãos competentes que poderão levar adiante a sua investigação". Durante a audiência, d. Luciano também manifestou ao presidente seu desejo de que o Centrão, o bloco suprapartidário do Congresso constituinte, "não impeça o processo democrático".

Negou que tenha discutido a duração do mandato do presidente Sarney, durante a audiência, e deu a posição oficial da CNBB à respeito: "a Igreja não se pronuncia em favor de quatro ou cinco anos, aguarda o processo constituinte e insiste para que isso não seja tema principal e sim as metas sociais". Admitiu depois que a CNBB vê com simpatia a emenda popular à Constituinte em favor do mandato de quatro anos.

Segundo d. Luciano, o presidente Sarney mais ouviu do que falou. Ambos discutiram os pontos referen-

tes a programas sociais contidos no "comentário" apresentado ao presidente. D. Luciano foi ao Planalto acompanhado do padre José Arlindo de Nadai, subsecretário geral da CNBB. Eles entregaram ao presidente documentos anteriores da Igreja com posições parecidas às da nota de sábado.

Repercussão

A troca de notas entre a CNBB e o governo provocou uma espécie de terremoto nas relações já discretas entre as duas partes. A Folha apurou que até a Rádio do Vaticano comunicou-se com a CNBB para saber o teor exato da nota do presidente, especialmente a referência ao escândalo do Banco Ambrosiano.

Algumas dezenas de telegramas, telex e telefonemas de solidariedade foram enviados ontem à sede da entidade, em Brasília. As embaixadas da Suécia e da Espanha pediram à CNBB cópia da nota de sábado. Pelo menos quatro assessores diretos de d. Luciano revezaram-se nos telefones, ontem à tarde, recebendo manifestações de solidariedade.

Esta solidariedade, porém, não foi unânime. O arcebispo de Porto Alegre, d. Cláudio Colling, da ala conservadora da Igreja, achou exagerado o teor da nota da CNBB sobre a corrupção no governo. Já, militantes de base da Igreja, ligaram para a CNBB dizendo que tinham condições de apresentar provas e até "dossiês" sobre corrupção em seus Estados.

A nota da CNBB de sábado, não chegou ao governo no mesmo dia porque o protocolo do Palácio do Planalto não funciona nos fins de semana. Um funcionário da CNBB tentou entregá-la na casa do ministro Ronaldo Costa Couto, mas também não conseguiu. A nota só chegou ao Palácio na segunda-feira.